



## Senado aprova a criação de polícias penais para presídios

Órgãos nas esferas federal, estaduais e distrital também ficarão responsáveis pela escolta de presos; objetivo é liberar polícias civis e militares



Ao lado de João Alberto, Eunício Oliveira presidiu a sessão de ontem do Senado, quando foi aprovada a PEC que cria as polícias penais federal, estaduais e distrital

O Plenário do Senado aprovou ontem em segundo turno a PEC que cria as polícias penais federal, estaduais e distrital. O texto aprovado por unanimidade segue agora para análise da Câmara dos Deputados. De autoria do senador Cássio Cunha Lima, a proposta tem por objetivo liberar as polícias civis e militares das funções de escoltar presos e garantir a segurança dos presídios. A PEC acrescenta as polícias penais ao rol dos órgãos do sistema de segurança pública. Para Cássio, a proposta contribui para que o Estado “retome o controle dos presídios”. **3**

**Proibição de filiados a partidos na Justiça Eleitoral avança 3**

**Comissão aprova restrições ao uso de carros oficiais 4**

**Eunício faz elogios a debate sobre ensino na 1ª infância 2**

**Mãe de criança levada a mostra se cala em CPI 6**

**Debate: cortes no Incra prejudicam agricultores 8**



Waldeir Barreto/Agência Senado

Armando Monteiro é o autor do substitutivo sobre o cadastro positivo

### Projeto permite expansão do cadastro positivo de crédito

O Plenário aprovou ontem o texto-base do projeto que prevê a inclusão automática de consumidores no cadastro positivo, sem necessidade de autorização prévia. O cadastro contém o nome dos bons pagadores — o oposto do cadastro negativo. Emendas que buscam resguardar a privacidade das pessoas ainda serão votadas pelo Plenário. O cadastro positivo foi criado em 2011, mas é pequeno porque se exige a autorização dos consumidores. **3**

### Redução da maioria penal é criticada em duas audiências

Participantes de audiências públicas nas Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos criticaram as propostas de redução da maioria

penal em tramitação no Senado. Para os especialistas, a mudança na legislação seria um retrocesso e não garantiria mais segurança para a população. **5**



Fernando Rocha/Agência Senado

Edison Lobão preside audiência da Comissão de Constituição e Justiça

### Normas para Uber ganham urgência

Os senadores aprovaram regime de urgência para o projeto que trata da regulamentação dos serviços de transporte particular que usam aplicativos de celular, como Uber e Cabify. **3**

### Avança ICMS de combustível para aviação

Segue para votação em Plenário projeto que limita a 12% o ICMS que estados poderão cobrar sobre o combustível de aviação. A medida foi aprovada ontem pela Comissão de Infraestrutura. **7**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Viana (2º à esq.), redução de verba põe em risco meta do país para o clima

### Senador reprova redução de verba orçamentária para meio ambiente

O presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Jorge Viana, criticou a redução dos recursos destinados ao meio ambiente no Orçamento de 2018. Segundo ele, a verba da área será R\$ 500 milhões menor do que a de 2017. Mais

de 50% do corte será feito em verbas de controle e fiscalização ambiental.

Viana falou sobre o assunto ontem durante audiência sobre a participação do Brasil na 23ª Conferência do Clima (COP-23). O evento ocorre em novembro na Alemanha. **8**

**Congresso Nacional apreciará vetos na terça-feira 2**

**Colegiado aprova R\$ 347 milhões em créditos 5**

# Congresso apreciará vetos presidenciais no dia 31

Sessão foi adiada por falta de quorum no Senado. A votação de seis vetos ficou para a próxima terça, entre eles o que valida a desoneração de ICMS pelos estados e municípios feita sem previsão legal

POR FALTA DE quorum na representação do Senado, foi adiada para terça-feira, às 19h, a sessão do Congresso Nacional para votação de seis vetos presidenciais a projetos de lei aprovados pelo Legislativo.

Entre eles, encontra-se o veto aos artigos 9 e 10 da Lei Complementar 160/2017, que valida os incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos à margem da lei pelos estados e empresas. Os trechos equiparavam os incentivos fiscais de ICMS à subvenção para investimento.

Há ainda o veto a dois itens da Lei 13.477/2017, que disciplina a instalação de cercas elétricas na zona rural e nas cidades. A lei resultou do PLC 52/2010, aprovado pelo Congresso em agosto.

Serão também analisados vetos aos parágrafos 5º e 6º do



Plenário da Câmara durante sessão do Congresso Nacional de ontem

artigo 2º da Lei 13.479/2017, que criou programa de crédito especial para socorrer as Santas Casas de Misericórdia e outras instituições filantrópicas que participam do Sistema Único de Saúde.

Por meio do Programa Pró-Santas Casas, a União liberará para as instituições

até R\$ 2 bilhões ao ano pelos próximos cinco anos. O trecho vetado desobrigava as instituições devedoras de impostos à União de apresentarem a Certidão Negativa de Débitos para obter os recursos se o dinheiro fosse destinado integralmente ao pagamento das dívidas.

## Cássio cobra entrega de drogas para doenças raras

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) pediu no Plenário que o Senado exija do Ministério da Saúde providências urgentes para restabelecer o fornecimento dos remédios para tratamento de doenças raras.

Ele estava na companhia de Patrick Dorneles, portador de MPS (ou mucopolissacaridose) e ativista na luta dos portadores de doenças raras.

— A luta de Patrick é em nome de milhões de brasileiros que estão sofrendo com a falta de medicamento. Já fizemos inúmeros apelos ao ministro da Saúde, Ricardo Barros, e o fato é que as pessoas estão tendo seu estado de saúde agravado,

personas estão morrendo — alertou, acrescentando que na Paraíba já ocorreram duas mortes nos últimos dias por falta de medicamento.

Segundo o senador, Patrick e o grupo de representantes dos portadores de doenças raras estiveram com a presidente do Supremo, Cármen Lúcia, para tratar de uma ação que tramita no STF sobre a questão.

— Fica o apelo para que usemos a nossa força política para salvar vidas, vidas que já se foram, sentenças de mortes que são assinadas diariamente.

Waldemir Moka (PMDB-MS) afirmou que a questão não está sendo ignorada no Senado. A

Subcomissão Especial Sobre Doenças Raras, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), está produzindo uma legislação específica para tratamentos de doenças raras. A comissão destinou uma de suas emendas orçamentárias para que o Ministério da Saúde arque com as despesas com drogas para essas doenças.

Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu a Cássio que marque uma reunião com o ministro da Saúde. Aécio Neves (PSDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) concordaram com a necessidade de uma ação do Congresso.

### Ação contra Aécio no Conselho de Ética é arquivada

O presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza (PMDB-MA), decidiu arquivar a representação do PT contra Aécio Neves (PSDB-MG). João Alberto informou que recebeu ontem um parecer da Advocacia-Geral do Senado recomendando o arquivamento.

A petição foi protocolada em setembro e pedia a abertura de procedimento disciplinar para “verificação de quebra de decoro parlamentar”. Cabe recurso da decisão de João Alberto.

### Reguffe quer renúncia de parlamentar que ocupar cargo executivo

Reguffe (sem partido-DF) defendeu em Plenário proposta dele que proíbe que um parlamentar se licencie do mandato para ocupar um cargo no Executivo, como o de ministro. Para ser nomeado, terá que renunciar ao mandato eletivo.

A proposta, disse, evitará situações como a atual, em que o presidente Temer exonerou 10 ministros para que eles, reassumindo como deputados, possam votar para impedir andamento de denúncia no STF.

— Que independência de Poderes é essa? — criticou.

### Precisamos incluir mais pessoas na Previdência, afirma Hélio José

O senador Hélio José (Pros-DF) afirmou ontem que a Previdência Social não é deficitária, como defende o governo federal. Relator da CPI da Previdência, ele disse que o que há é uma dívida de R\$ 450 bilhões dos empresários com a seguridade.

O desafio, segundo o senador, é incluir pessoas que hoje não estão protegidas pelo sistema da Previdência.

— São milhões de brasileiros que necessitam de um plano previdenciário sério, que não tenha como única premissa básica contribuições individuais, mas solidárias e seletivas, explicou.



Waldemir Moka/Agência Senado

## Eunício destaca importância da educação na primeira infância

Foi aberta ontem a 10ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, ressaltou a oportunidade, de mais uma vez, reunir especialistas para debater a fase em que as crianças estão mais abertas ao aprendizado.

— A revolução educacional que o país precisa deve começar no ensino infantil. Os recursos aplicados na primeira infância proporcionam controle da criminalidade e aumento da renda familiar. País educado é país desenvolvido — disse Eunício.

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Lúcia Vânia (PSB-GO) citou dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) segundo os quais o Brasil gasta anualmente com creches de US\$ 3,8 mil enquanto o ideal é US\$ 8,9 mil.

— Precisamos priorizar a base da educação construída nas creches. Priorizar a educação como fazemos com o combate à inflação. Até os dois anos a criança tem formadas suas ligações cognitivas, que serão as bases do aprendizado utilizadas em toda a vida — argumentou a senadora.

Lúcia Vânia frisou que, segundo a Fundação Abrinq, apenas em 2042 haverá oferta de creches para 50% das crianças de zero a três anos. Segundo a mesma instituição, 52% dos filhos dos ricos estão em creche, enquanto o índice entre as crianças pobres chega a somente 21,9%. Ela lembrou que educação é oportunidade.

— Não podemos aceitar a escola do pobre e a do rico. Deve haver uma só escola e de qualidade — defendeu.

A semana é organizada pela Comissão de Valorização da Primeira Infância, vinculada à Presidência do Senado.



Ana Amélia (3ª à esq.), Eunício e Lúcia Vânia na abertura da 10ª Semana

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CCT Fuga de capital humano

8h30 Audiência interativa a respeito da fuga de capital humano do Brasil. O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Mario Neto Borges, é um dos convidados.

#### CDR Manutenção de poços artesanais

9h Entre os 10 itens, o PLC 111/2015, que facilita a manutenção de poços artesanais em cidades do semiárido.

#### CPI DA JBS Depoimento

9h Ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Hereda. Depois, análise de requerimentos.

#### MP 789/2017 Royalties da mineração

9h Análise de relatório.

#### CAE Normas para Banco Central e CVM

10h Na pauta de 5 itens, o PLC 129/2017, que cria novas normas para processo administrativo aberto pelo Banco Central ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### CCJ Sabatina para o CNJ

10h Sabatina de Francisco Luciano de Azevedo Frota para o Conselho Nacional de Justiça. Depois, pauta com 39 itens, entre eles, o PLS 149/2015, que aumenta a pena para roubo com arma de fogo.

#### CE/CAS/CDH Primeira infância

10h Audiência pública interativa conjunta para debater o tema “Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados”. Estão convidados professores e psicólogos brasileiros e estrangeiros. O debate faz parte da programação da 10ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que vai até amanhã.

#### MP 790/2017 Mineração

11h Análise de relatório.

#### PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, votação dos destaques ao PLS 212/2017 — Complementar, que fomenta a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito e regula a responsabilidade civil dos operadores, e do PLS 345/2017, que institui o voto distrital misto nas eleições proporcionais.

#### CPI DA PREVIDÊNCIA Relatório

14h Análise do relatório final.

#### CPI DO BNDES Depoimento

14h30 Ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho. Após, análise de requerimentos.

#### MP 788/2017 Valores irregulares

14h30 Análise de relatório.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Segue para a Câmara PEC que cria as polícias penais

Instituídos nas esferas federal, estaduais e distrital, órgãos terão como finalidade escoltar presos e garantir a segurança dos estabelecimentos prisionais. A intenção é liberar polícias civis e militares

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, em segundo turno, a criação das polícias penais federal, estaduais e distrital. De autoria do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a PEC acrescenta essas polícias ao rol dos órgãos do sistema de segurança pública e determina como competência dessas novas instâncias a segurança dos estabelecimentos penais e a escolta de presos. A intenção é liberar as polícias civis e militares dessas atividades.

A aprovação foi unânime, com 62 votos a favor. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2016 já havia sido aprovada em primeiro turno, no mês passado, e agora segue para a análise da Câmara.

Cássio Cunha Lima destacou a presença de representantes de agentes penitenciários nas galerias do Plenário. Ele afirmou que os agentes penitenciários exercem a segunda profissão mais estressante do mundo, atrás apenas dos mineradores.

— O Estado precisa retomar o controle dos presídios, que muitas vezes têm se tornado um quartel do crime organizado. A PEC é uma expressão de reforço em um tema tão importante hoje, que é a segurança pública.

O texto foi aprovado com



“Estado precisa retomar controle dos presídios”, diz Cássio, autor do texto

alterações feitas pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça, Hélio José (Pros-DF).

## Mudanças

Entre as mudanças, está a troca da expressão “polícia penitenciária” para “polícia penal”. Na avaliação do relator, a expressão anterior limitaria seu âmbito a uma das espécies de unidade prisional, as penitenciárias, e seria incompatível com a fiscalização do cumprimento da pena nos casos de liberdade condicional ou penas alternativas.

— A criação das polícias penais traz uma grande contribuição para a segurança pública — disse o relator.

A proposta foi elogiada por vários senadores. Otto Alencar (PSD-BA) disse que o projeto

faz justiça com a categoria dos agentes penitenciários. Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou a iniciativa do autor e o trabalho do relator da matéria. Lindbergh Farias (PT-RJ) destacou que a PEC pode ajudar a melhorar as condições de trabalho para uma categoria “tão vulnerável”.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também manifestaram apoio à proposta. Renan Calheiros (PMDB-AL) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defenderam a política do desarmamento, mas disseram apoiar a iniciativa. Na visão de José Agripino (DEM-RN), a proposta pode ajudar no “combate à guerra entre facções” dentro das penitenciárias.

## Avança proibição de filiados a partidos na Justiça Eleitoral

Pessoas com filiação partidária recente podem ser impedidas de integrar a Justiça Eleitoral. É o que estabelece proposta de emenda constitucional aprovada ontem pelo Plenário do Senado. O texto, aprovado em primeiro turno, ainda terá que passar por três sessões de discussão antes da votação em segundo turno. Se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados.

De acordo com a PEC 4/2017, não podem ser integrantes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos tribunais regionais eleitorais (TREs) e das juntas eleitorais advogados e cidadãos que tiverem sido filiados a partidos políticos nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função. A intenção é garantir a imparcialidade nos julgamentos.

O autor da proposta, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), alertou para a desconfiança que paira sobre juízes eleitorais que já

atuaram como mandatários e representantes de partidos políticos. Para o senador, é preciso impor limites, já que esses profissionais serão responsáveis por resolver as controvérsias eleitorais e partidárias. A proibição, segundo Flexa, pode ajudar a garantir a isenção nos julgamentos.

O texto foi aprovado com alteração sugerida pelo relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO) para que não houvesse a vedação inicialmente estendida aos juízes eleitorais de primeira instância e aos juízes integrantes das juntas eleitorais. Para o senador, pessoas aprovadas em concurso para o cargo de juiz não podem se dedicar à atividade partidária após a posse e submetê-las a vedações anteriores à posse no cargo não seria razoável.

Com a emenda, a limitação valerá apenas para os advogados indicados aos TREs e ao TSE e os cidadãos indicados às juntas eleitorais.

## Acir Gurgacz lamenta morte do bispo emérito de Guajará-Mirim

A morte do bispo emérito de Guajará-Mirim (RO), dom Geraldo Verdier, no domingo, foi lamentada por Acir Gurgacz (PDT-RO).

De acordo com o senador, Verdier, que nasceu na França, foi pioneiro na missão evangelizadora na região amazônica, visto que chegou a Rondônia em 1975.

De acordo com Gurgacz, o bispo atuou vários anos no atendimento à população ribeirinha e indígena dos vales dos Rios Guaporé, Mamoré e Pacaás Novos.

O senador citou o livro *Paixão pela Amazônia: Diocese de Guajará-Mirim: uma igreja missionária*, no qual o bispo conta as dificuldades e conquistas durante a missão cristã na Amazônia.

— Temos boas lembranças de dom Geraldo. Era uma pessoa iluminada, que deixou um rastro de luz por onde passou.

## Aprovado projeto que amplia cadastro positivo de crédito

O Senado aprovou um projeto que estimula a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito. O PLS 212/2017, de Dalírio Beber (PSDB-SC), estende ao cadastro positivo a regra que já vale para o negativo: as instituições financeiras podem incluir informações no sistema sem autorização específica dos clientes. Pela proposta, isso não seria quebra do sigilo bancário.

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo de Armando Monteiro (PTB-PE), que o relatou na Comissão de Constituição e Justiça. Destaques foram apresentados por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Lídice da Mata (PSB-BA), que ainda serão votados no Plenário. Armando informou que o cadastro positivo, implantado em 2011, gerou apenas 5 milhões de cadastrados.

— O modelo atual não alcançou seus objetivos porque as pessoas têm de optar pelo ingresso no cadastro. Isso, combinado ao excesso de burocracia, explica o baixíssimo nível de adesão ao cadastro.

As regras retiram a exigência de autorização, mas exigem que o consumidor cadastra-

do seja comunicado de sua inclusão no cadastro positivo. Ele poderá solicitar a exclusão a qualquer momento.

Uma das mudanças consideradas fundamentais pelo relator é a aplicada à Lei do Sigilo Bancário para aplicação análoga ao cadastro negativo. O fornecimento dos dados não mais configura quebra de sigilo. As informações não serão disponibilizadas livremente, mas apenas liberadas aos bancos de dados.

Os destaques ao texto foram apresentados pelos senadores preocupados com a mudança no sigilo. O temor é que ocorra invasão de privacidade dos usuários do sistema bancário. Por isso, pedem que o trecho seja retirado.

— Nada pode ser feito sacrificando princípios constitucionais sensíveis, e a privacidade é um desses direitos — argumentou Randolfe.

Sem acordo, os destaques ainda serão votados.

Os senadores citaram estudo do Banco Mundial segundo o qual o cadastro positivo pode reduzir em até 50% a inadimplência, permitindo queda de 4% nos juros bancários.

## Regulamentação do Uber ganha urgência e Senado busca consenso

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento para tramitação em regime de urgência do projeto que trata da regulamentação dos serviços de transporte particular que usam aplicativos, como Uber e Cabify. Os senadores querem negociar um acordo.

O projeto (PLC 28/2017) foi discutido ontem, antes da sessão plenária, em reunião extraordinária na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Entretanto, não houve consenso e o texto seguiu ao Plenário.

— Não houve acordo, embora se tenha discutido bastante. Ouvi representantes de taxistas e de serviços com aplicativos — disse Otto Alencar (PSD-BA), presidente da CCT.

Estava em análise na comissão um substitutivo do relator, Pedro Chaves (PSC-MS), ao projeto. Porém, alguns senadores esperam chegar a acordo sobre o texto original até terça-feira, quando a questão deverá ser votada.

— Trabalhamos em um acordo para apresentar uma alternativa que contemple tanto os aplicativos quanto os taxistas — disse Acir Gurgacz (RO), líder do PDT no Senado.

Para o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), a preocupação é que, com as mudanças, o texto volte à Câmara dos Deputados



Para Pedro Chaves, relator, foco deve ser o interesse da sociedade

e não seja votado neste ano.

— Se a gente usar o projeto do senador Pedro Chaves, volta tudo à estaca zero. Não se quer prejudicar trabalhador, e tem trabalhador dos dois lados, então esta Casa tem que tentar construir um acordo.

Chaves defendeu seu substitutivo como a melhor alternativa ao impasse.

— Meu projeto foi estudado por seis meses, teve audiência pública com representantes do Cade, dos motoristas, dos taxistas e todos os segmentos, e o texto foi o retrato disso. O transporte por aplicativo significa empregos. Dou no meu projeto todas as garantias, porque o que me interessa é a sociedade, o usuário.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, fez um apelo para que os senadores possam chegar a um consenso até a próxima semana.

# Avança projeto que limita uso de carro oficial

Texto aprovado em comissão limita direito ao presidente e ao vice-presidente da República, aos chefes do Senado, da Câmara e do STF, aos ministros de Estado e aos comandantes militares

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou um projeto que cria restrições ao uso de automóveis oficiais na esfera federal. A proposta (PLC 97/2017) concede esse direito a um grupo restrito de órgãos dos Três Poderes. Na lista, estão a Presidência e a Vice-Presidência da República e as Presidências da Câmara dos Deputados, do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

O projeto, que passará por outras duas comissões do Senado antes da decisão do Plenário, estende a permissão

aos ministros de Estado, aos comandantes das forças militares e ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Na prática, fica vetado o uso de veículos por autoridades que hoje contam com o benefício, entre eles os titulares de cargo ou mandato eletivo, magistrados federais e membros do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Advocacia Geral da União (AGU) e da Defensoria Pública da União (DPU).

Para o autor, deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB),

a vedação é uma forma de moralizar o serviço público e acabar com regalias.

O relator na CAE, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), considerou que a proposta tem “inegável mérito”. Segundo ele, é importante destacar o valor simbólico da proposta, “neste momento em que toda a sociedade vem sendo chamada a fazer amplos sacrifícios em prol da estabilidade financeira do Estado e do equilíbrio da economia nacional”.

Em seu relatório, com base em dados de uma reporta-



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ferraço fez relatório favorável ao projeto que trata de veículos oficiais

gem recente do portal Contas Abertas, Ferraço informa que o custo com serviços relacionados a carros oficiais atingiu R\$ 1,6 bilhão para a adminis-

tração pública no ano passado. Segundo ele, esse é um valor “relevante”, que chega a ser maior do que o orçamento atual de alguns ministérios.

## Proposta que altera poder do Banco Central será discutida hoje

Diante da falta de consenso na reunião de ontem, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Tasso Jereissati (PSDB-CE), marcou reunião extraordinária para hoje, às 10h, para discutir o projeto que altera o poder de sanção administrativa do Banco Central (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em fraudes do sistema financeiro.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) pediu vista do PLC 129/2017, incluído ontem mesmo na pauta da reunião. Ferraço expressou preocupação com a rapidez na tramitação. O projeto tem origem na MP 784/2017, que caducou no dia 19 por não ter sido apreciada pelo Congresso.

— Identificaram um caminho mais rápido para esse projeto, muito mais eficiente que a própria edição de medida provisória — criticou Ferraço.

Eduardo Braga (PMDB-AM) fez objeções ao artigo 35, que, segundo ele, enfraquece o poder fiscalizador da CVM. Além disso, ele reclamou da redução do valor das multas que o BC pode cobrar dos fraudadores.

À época da edição da MP, o Ministério Público manifestou temor de que o texto retirasse poder dos procuradores para

investigar fraudes financeiras.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), reconheceu o tempo exíguo para discussão, mas defendeu a aprovação:

— Posso afirmar com absoluta convicção que esse projeto é um avanço. É possível discutir a latitude desse avanço.

Presente à audiência, o procurador-geral do Banco Central, Cristiano Cozer, disse que uma nova lei é necessária, porque a autoridade do BC para fiscalizar se baseia em normas infralegais, do Conselho Monetário Nacional, que vêm sendo questionadas na Justiça. Além disso, acrescentou, a caducidade da MP abriu uma brecha para condutas ilegais.

Cristovam Buarque (PPS-DF) também pediu mais tempo para avaliar o PLC 99/2017, de autoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O projeto cria duas cobranças: uma taxa de 10% sobre os atos notariais, para financiar programa de modernização da Justiça do DF; e uma alíquota de 7% sobre o registro civil para compensar os cartórios deficitários.

O relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), apresentou voto pela aprovação do projeto.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cristiano Cozer, Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho em reunião da comissão na qual o projeto foi incluído

## Economia tecnológica exige revisão tributária, diz relatório

O país precisa pensar em distribuir melhor o ônus de financiar o Estado entre os diversos setores da economia. É o que aponta relatório de grupo de trabalho criado pela CAE para avaliar o Sistema Tributário Nacional, que foi apresentado à comissão ontem. O documento afirma que o Brasil é cada vez mais uma economia de serviços, em grande medida apoiada em novas tecnologias, com atividades ainda não devidamente tributadas.

Coordenador do grupo, Ricardo Ferraço disse que o sistema é “complexo, regressivo e anticompetitivo”, inibe o

emprego, promove desequilíbrios regionais e está obsoleto diante da nova economia.

— É preciso considerar quem cresce nessa nova economia pouco ou nada paga em impostos. Isso porque a base da economia dos novos tempos em nada se aproxima da circulação física de mercadorias, estando, portanto, fora do alcance da carga tributária mais elevada — destacou.

No caso do Brasil, ele assinou que o sistema foi fundado dentro de um contexto em que a indústria de transformação correspondia a cerca de um terço do produto interno bruto (PIB) nacional. Hoje, no entan-

to, esse segmento corresponde a menos de 12% do PIB.

O objetivo do relatório, segundo Ferraço, não foi apresentar uma proposta de reforma tributária, mas sim avaliar as “disfuncionalidades” do sistema, que deve ser alvo de análise periódica no Senado, por força de dispositivo constitucional. Na avaliação do relatório, o país precisa ser “rápido e moderno” para enfrentar as novas decisões. Por isso, sugere a retirada do sistema tributário do texto constitucional. Como ressaltou Ferraço, passar a matéria para a legislação infraconstitucional “pode ser uma boa estratégia”.

## Hélio José quer criar CPI para apurar privatização da Eletrobras

O presidente da Comissão Senado do Futuro, Hélio José (Pros-DF), anunciou que vai pedir a criação de uma CPI no Senado para examinar a real situação da Eletrobras e o processo de privatização da estatal. Em audiência pública ontem, que debateu os impactos das privatizações do setor elétrico, ele se posicionou contra a privatização e considerou “um absurdo o Brasil entregar o patrimônio da Eletrobras, construído ao longo de 55 anos, à iniciativa



Gerardo Nogueira/Agência Senado

Comissão realizou audiência com representantes da Aneel e da Eletrobras sobre privatizações do setor elétrico

privada e aos chineses”.

Fátima Bezerra (PT-RN) pediu ao Congresso que impeça o governo de atentar contra a soberania nacional, com a privatização da estatal.

Já o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, destacou que, nos últimos quatro anos, a empresa perdeu 20% das receitas, sem que tenha ocorrido queda nas despesas.

Segundo ele, em julho de 2016, a dívida da empresa já superava o patrimônio líquido. Ferreira Junior disse que a privatização vai conter o crescente custo da geração

e da distribuição de energia e questionou se a sociedade deseja pagar pela conta do risco hidrológico. Esse risco, segundo ele, resulta da variação do nível das barragens e é pago pelo consumidor, por meio das bandeiras tarifárias.

O representante da Agência Nacional de Energia Elétrica, Leandro Caixeta Moreira, explicou que a tarifa é regulada pela Aneel e que “isso dá ao Estado condições de garantir os direitos do consumidor e a qualidade dos serviços”.

Jefferson Ruy/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado



Capiberibe (na 1ª foto, ao centro) conduz debate na Comissão de Direitos Humanos e Edison Lobão (na 2ª foto, ao centro) coordena as discussões na Comissão de Constituição e Justiça

## Especialistas criticam reduzir maioria penal

Participantes de audiências públicas em duas comissões do Senado afirmaram que mudar a legislação seria um retrocesso e não garantiria mais segurança à população

A REDUÇÃO DA maioria penal foi criticada ontem em duas audiências públicas no Senado. Os debates foram promovidos pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Direitos Humanos (CDH) para discutir propostas de mudança na legislação.

Participante da audiência na CCJ, a diretora da Human Rights Watch no Brasil, Maria Laura Canineu, disse que uma diminuição na maioria penal representaria um retrocesso, colocaria o país na contramão de uma tendência internacional e não garantiria mais segurança à população.

Segundo Maria Laura, reduzir a maioria viola o direito internacional ao afastar, por exemplo, as proteções impostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, considerado, segundo ela, uma lei modelo no exterior. Além disso, a tendência de encarceramento está

sendo revertida em muitos países, argumentou.

— O direito internacional determina que menores tenham sistema próprio de proteção. É tentador pensar que o tratamento mais severo aumenta a segurança, mas outros países viram que não é verdade.

### Falta de dados

Os demais convidados também se mostraram contrários. O promotor de Justiça Fernando de Freitas e a defensora pública Maíra Coraci Diniz disseram que é baixo o percentual de adolescentes que praticam crimes graves e violentos.

— As propostas de redução produzem um mal maior do que o bem que pretendem causar. Não há dados para dizer se o maior rigor combateria a criminalidade de atos mais graves — afirmou o promotor.

A tese foi confirmada pela advogada Ana Claudia Cifali.

Segundo ela, apesar das estatísticas deficientes, é possível afirmar que os adolescentes são responsáveis por apenas 4% do total de crimes cometidos. A diminuição da idade penal não traria resultado relevante, diz.

Hoje a mudança na legislação com mais chance de ser votada no Senado é a PEC 33/2012, em tramitação na CCJ. O texto cria o chamado incidente de desconsideração da inimputabilidade penal para flexibilizar a lei nos casos em que menores cometem crimes graves. Isso abre a possibilidade para que jovens de 16 anos sejam processados e julgados como adultos.

De Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), senador licenciado e ministro das Relações Exteriores, a proposta tramita em conjunto com outras três PECs (74/2011, 21/2013 e 115/2015).

A audiência foi solicitada pe-

los senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que são contra as mudanças na legislação.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou a ausência no debate de senadores favoráveis à redução da maioria penal e afirmou que o Senado corre o risco de, em nome do combate à criminalidade, punir aqueles que são vítimas.

— Os que são a favor deviam ouvir a sociedade para ter certeza do que estão propondo.

### “Política fracassada”

Os participantes da audiência da CDH também manifestaram-se contra a proposta.

Diretora do Human Rights Watch, Zama Neff relatou que pesquisas recentes em vários estados norte-americanos, conduzidas pelo Departamento de Justiça, demonstraram a inconveniência da medida.

— Ao invés de replicar políti-

cas fracassadas que já demonstraram serem prejudiciais aos adolescentes e à própria sociedade, os legisladores brasileiros deveriam considerar maneiras de investir e melhorar o atual sistema socioeducativo no Brasil.

A presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, Juliana Coelho de Lavigne considerou a PEC um retrocesso, sobretudo em razão da falência do sistema prisional.

— Queremos colocar um adolescente em desenvolvimento dentro desse sistema prisional falido é um paradoxo. É preciso que comecemos a refletir onde queremos chegar com esse sistema de Justiça.

Coordenando o debate, o senador João Capiberibe (PSB-AP) criticou a “política de encarceramento” que, segundo ele, vem sendo implementada no país.

## Comissão de Orçamento aprova R\$ 347 mi em crédito suplementar

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem R\$ 347 milhões em créditos suplementares. Como determina a lei, para cada real alocado em um programa deve ser explicitado qual setor irá sofrer o cancelamento da verba.

O presidente da CMO, senador Dário Berger (PMDB-SC), reconhece que o momento é de crise econômica e por isso as escolhas devem ser feitas com critério.

— O país vive um momento difícil, como é sabido pela so-

riedade e pelos parlamentares. Estamos vivendo uma crise econômica, uma crise política. Temos fatores importantes que têm interferido no dia a dia dos parlamentares. Temos que buscar um entendimento para que a comissão possa continu-

ar fazendo seu papel dentro da mais ampla normalidade possível — afirmou.

Foram aprovados dois projetos. O PLN 16/2017 cancelou R\$ 58 milhões de programas de aquisição e adequação de imóveis e os transferiu para

o Serpro, empresa pública de prestação de serviços em tecnologia da informação. Já o PLN 29/2017 transferiu R\$ 288 milhões de diversos programas em favor de sete ministérios, entre eles, os da Educação, da Justiça e da Saúde.

### Paim parabeniza decisão contra portaria do trabalho escravo

Paulo Paim (PT-RS) elogiou a decisão da ministra do STF Rosa Weber de suspender a portaria do Ministério do Trabalho que alterava as regras de classificação e fiscalização do trabalho escravo.

A sentença é provisória, mas as normas só voltam a valer se o julgamento final for favorável ao ministério ou se a liminar for derrubada. O senador criticou o fato de Michel Temer usar a portaria para conseguir votos que o livrem de outro pedido impeachment.

— Como é que na véspera de tomarem a decisão pelo afastamento dele ou não, ele vende a alma, o corpo e a vida das pessoas?

### Ângela comemora liminar da ministra do STF Rosa Weber

Ângela Portela (PDT-RR) comemorou ontem a decisão liminar da ministra Rosa Weber, do STF, que suspendeu os efeitos da portaria do Ministério do Trabalho sobre o trabalho escravo.

A decisão liminar valerá até que o tribunal julgue o mérito da questão, explicou a senadora.

Para ela, o governo editou a portaria para ter o apoio da bancada ruralista na votação na Câmara da segunda denúncia da procuradoria-geral da República contra o presidente Michel Temer.



Waldemir Barrero/Agência Senado

### Ana Amélia elogia ação de promotora de MT contra a corrupção

Ana Amélia (PP-RS) citou ontem os resultados de pesquisa que aponta a corrupção como o comportamento que melhor define o Brasil de hoje, ao mesmo tempo em que a honestidade é o que melhor define o brasileiro.

Segundo ela, a cultura nacional contradiz a crença do cidadão nos seus valores individuais, mas acredita que estes valores devem prevalecer sobre a cultura de corrupção.

Ela destacou o projeto da promotora de Justiça Luciana Freitas, de Comodoro (MT), que explica aos alunos dos ensinos fundamental e médio o que é corrupção e as formas de combatê-la.

### Amorim celebra sucesso da bienal literária de Itabaiana

Eduardo Amorim (PSDB-SE) celebrou ontem o sucesso da 4ª Bienal do Livro de Itabaiana, em Sergipe. A feira literária reuniu, do dia 20 a 22 de outubro, 500 escritores, com idade entre 7 e 70 anos, e um público estimado de 50 mil pessoas.

— Esta bienal foi, sem sombra de dúvida, uma oportunidade ímpar para o resgate de diversas manifestações culturais, com apresentações folclóricas, bandas marciais, sinfônicas, além de apresentações musicais de diversos estilos.



Waldemir Barrero/Agência Senado

### Lídice participa de ação a favor das crianças em situação vulnerável

Lídice da Mata (PSB-BA) relatou ontem sua participação na Ação Mundial de Volta à Escola, integrada também por Fátima Bezerra (PT-RN), pelo deputado federal Bacelar (Pode-BA), pelo coordenador da Campanha pelo Direito à Educação, Daniel Cara, e pela cientista política Tânia Dornellas.

Lídice informou que o grupo visitou suas escolas de origem na sexta-feira para debater com os estudantes a situação de vulnerabilidade social de 100 milhões de crianças em todo o mundo.



Waldemir Barrero/Agência Senado

# Mais Médicos não supriu carência, aponta debate

Participantes de audiência na Comissão de Assuntos Sociais trouxeram dados da OMS mostrando que o Brasil tem um médico para cada grupo de mil habitantes, enquanto países vizinhos têm três

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais debateu ontem o programa Mais Médicos para subsidiar a avaliação da política pública pela comissão. Criado em 2013, o Programa Mais Médicos busca resolver a questão emergencial do atendimento básico ao cidadão, levando esse serviço a regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais.

Ex-secretário de Saúde da Bahia, o deputado Jorge Solla (PT-BA) destacou dados da Organização Mundial da Saúde que mostram a falta de médicos no país. De acordo com o levantamento, enquanto o Brasil tem em

média um médico para cada mil habitantes, países vizinhos como Uruguai e Argentina possuem três. Solla afirmou que o programa é uma das mais importantes políticas públicas implementadas nos últimos anos e ressaltou que se a iniciativa seguir a meta, em 2024 o país terá cerca de 600 mil médicos.

— O programa combina um provimento emergencial com um processo de formação de estruturação a médio e longo prazo para suprir necessidades — disse Solla.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que solicitou o debate, destacou a importância

de avaliar o programa.

De acordo com o representante do Ministério da Saúde, Antônio Ferreira, atualmente o Brasil tem mais de 18 mil profissionais ativos no programa. O orçamento entre 2013 e 2017 já ultrapassou R\$ 12 bilhões.

— O Mais Médicos hoje consegue alcançar populações que nunca tinham um médico ali no seu município.

Vice-presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Wilames Freire argumentou, porém, que muitas pessoas em comunidades remotas e vulneráveis ainda hoje têm dificuldades de acesso a serviços de saúde.



Cabinete senador Magno Malta

Comissão, que tem Medeiros relator e Magno presidente, esteve em SP

## Mãe de menina envolvida em polêmica se cala em debate de CPI

A CPI dos Maus-Tratos ouviu ontem, em São Paulo, mães, pais e crianças que estiveram presentes na performance do artista Wagner Schwartz no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM). A audiência ocorreu de maneira reservada e sigilosa, com o presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), e do relator, José Medeiros (Pode-MT).

Elizabeth Finger, a mãe que motivou a filha a tocar o homem nu durante a performance, usou o direito de permanecer calada durante o depoimento. Apesar de não se pronunciar, Elizabeth, que também é artista e coreógrafa, ouviu as leis que burlou do Estatuto da Criança e do Adolescente, citadas por Magno Malta.

O senador mencionou a exposição, principalmente nas redes sociais, a que a filha de Elizabeth foi submetida

com a divulgação do ocorrido. Segundo Magno, faltou cuidado na divulgação das imagens do caso por se tratar de uma criança.

O curador do MAM, Felipe Chaimovich, disse não ter responsabilidade pela performance de Wagner Schwartz, intitulada *La Bête*, já que o curador da exposição era um outro profissional. De acordo com Chaimovich, quem irá responder pelo caso é o curador do *35º Panorama da Arte Brasileira — Brasil por multiplicação*, Luiz Camillo Osorio. Ele chegou a ser convocado para a audiência, mas não compareceu e, por isso, será conduzido de forma coercitiva para ser ouvido pela CPI.

A comissão encerrou os trabalhos em São Paulo após realização de duas audiências e continua com a pauta em Brasília, onde deve ouvir o artista Wagner Schwartz.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Marta Suplicy, presidente da CAS, conduziu o debate, que vai subsidiar a avaliação do programa pela comissão

## Para Gleisi, governantes atuais não sabem o que é viver na pobreza

Gleisi Hoffmann (PT-PR) registrou a realização de mais uma caravana de campanha de Lula, iniciada em Ipatinga (MG). Ela disse que o ex-presidente conhece o país que presidiu e quer mostrar que é possível fazer diferente dos atuais governantes, que “não sabem o que é viver na pobreza”.

— Nós [do PT] fizemos muito pelo país. Acabamos com a fome e a miséria, colocamos universidades e institutos federais para funcionar, fizemos a educação básica melhorar, fizemos infraestrutura no país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## No 348º aniversário de Manaus, Vanessa cita desafios da cidade

Em discurso, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) homenageou Manaus, que completou ontem 348 anos. Ela descreveu as belezas da cidade, como o Teatro Amazonas, e ressaltou a importância econômica e ambiental da zona franca, que torna o Amazonas um dos estados mais preservados do Brasil.

A senadora também destacou problemas enfrentados pelos manauaras, como a violência e a falta de transporte público de qualidade e de sistemas de saneamento básico.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Senado pode premiar escolas com medalha

Escolas de ensino básico que se destacaram em projetos de responsabilidade social poderão ser reconhecidas pelo Senado com a medalha João Calmon aprovada ontem pela Comissão de Educação e Cultura (PRS 11/2017).

A Medalha João Calmon poderá ser concedida anualmente a até três escolas, escolhidas entre estabelecimentos indicados pelos senadores. A premiação será no mês de agosto, durante sessão especial do Plenário. Cada senador poderá indicar uma instituição à comissão, de abril a junho de cada ano, uma instituição. Caberá ao colegiado escolher os agraciados.

Cristovam Buarque (PPS-

-DF) lembrou a atuação do advogado, jornalista e empresário João de Medeiros Calmon, parlamentar por 32 anos, na área de educação.

— Louvar as iniciativas, especialmente o nome do prêmio, desse senador que tanto orgulha a história dessa Casa.

Em 1984, a chamada Emenda Calmon tornou obrigatória a aplicação de percentuais mínimos das receitas de estados, municípios e da União na educação. Durante a Constituinte, João Calmon presidiu a comissão que aprovou o aumento de 13% para 25% do investimento obrigatório do governo federal nessa área. O projeto que cria a Medalha João Calmon ainda será ana-

lisado pela Comissão Diretora e pelo Plenário do Senado.

A comissão aprovou ainda alguns pedidos de audiência pública, entre eles o de Ana Amélia (PP-RS), para instruir o projeto que declara o programa *A Voz do Brasil* patrimônio cultural imaterial do Brasil (PLS 19/2011); o de Telmário Mota (PTB-RR) para instruir projeto da Câmara, que exige a advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias consideradas prática de doping no esporte (PLC 68/2016); e o de Regina Sousa (PT-PI) de audiência pública para o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação 2018.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# ICMS do combustível de aviação vai a Plenário

Projeto aprovado na Comissão de Infraestrutura determina que estados poderão cobrar até 12% de ICMS sobre combustível das empresas aéreas, barateando passagens

OS ESTADOS PODERÃO cobrar no máximo 12% de ICMS incidente sobre o combustível de aviação das empresas de transporte aéreo regular, não regular e de serviços aéreos especializados. A medida, prevista no Projeto de Resolução do Senado (PRS) 55/2015, foi aprovada ontem na Comissão de Infraestrutura (CI) e segue para o exame do Plenário, com pedido de votação em regime de urgência.

O combustível é o item que mais influencia no cálculo dos custos operacionais das companhias aéreas. Atualmente, a alíquota varia de 12% a 25%, dependendo do estado onde ocorre o abastecimento.

O texto original do projeto, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), previa a alíquota máxima de 18% na cobrança pelos estados do ICMS sobre o querosene de aviação. Com as mudanças feitas pelo relator, senador Telmário Mota (PTB-RR), o teto ficou em 12% e “que-



Telmário, Elmano e Gurgacz na reunião que aprovou o projeto que limita o ICMS sobre combustível de aviação

rosene” foi substituído por “combustível” de aviação.

A alteração, proposta pelo senador Vicentinho Alves (PR-TO), beneficia as empresas de transporte aéreo regular e não regular que utilizam a gasolina de aviação. O relator acatou a sugestão de Vicentinho por concordar com a avaliação de que as empresas de táxi aéreo de

pequeno porte são responsáveis pelo socorro médico em todo o território nacional, bem como pelo transporte de indígenas, pelo atendimento às plataformas de petróleo e pelo transporte corporativo, entre outras atividades.

## Malha aérea

Outra emenda acatada por Telmário foi apresentada

pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Ela determina que as empresas deverão implantar até 31 de dezembro de 2017 novos planos de voo nacionais e regionais que contemplem maior oferta a todos os estados.

— São 27 estados na nossa Federação e 198 novos voos que serão adicionados à malha aeroviária brasileira

até 31 de dezembro. O que demonstra a grandeza e importância deste projeto de resolução — explicou relator.

O substitutivo também incluiu no teto do ICMS o combustível para serviços aéreos especializados, como aviação agrícola, helicópteros de plataformas de petróleo e aerofotografia.

Pelo novo texto, a resolução entra em vigor em 31 de dezembro deste ano.

## Crise

Telmário lembrou em seu relatório que as empresas aéreas têm sido atingidas pela crise econômica desde 2015. O cenário, segundo ele, tem sido de queda do número de passageiros.

A unificação da alíquota diminuirá o custo operacional das companhias, tornando possível, segundo o senador, a prática de preços mais acessíveis das passagens, com o objetivo de beneficiar os consumidores.



Deputados Lelo Coimbra e Leonardo Quintão e o senador Lasier Martins na comissão que aprovou a ANM

## Colegiado aprova Agência Nacional de Mineração

A medida provisória que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) foi aprovada ontem na comissão mista que analisou a matéria. A MP integra a reformulação do marco legal da mineração.

O relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), disse que a nova agência não vai apenas substituir o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que será extinto.

— Nossa intenção é criar uma agência que tenha estrutura para atender as demandas dos trabalhadores e das empresas do setor mineral. Será uma agência altamente superavitária. Nunca faria “teatro” criando uma agência só para trocar o nome de DNPM para ANM — destacou Quintão.

O texto da MP 791/2017 recebeu mais de 100 emendas, e o relator acolheu parcial-

mente 25 delas.

Entre as mudanças estão novos critérios de cálculo da Taxa de Gestão de Recursos Minerais (TGRM), inicialmente denominada Taxa de Fiscalização de Atividades Minerárias. Quintão propôs o pagamento da taxa proporcionalmente ao porte do empreendimento, com base no faturamento anual do exercício anterior.

— A lógica é: quem fatura mais, paga mais, e quem fatura menos e explora área menor, paga menos — explicou.

## Taxas

O valor da taxa varia de R\$ 600 a R\$ 2,8 milhões, dependendo da fase em que se encontra o empreendimento (pesquisa, concessão, licenciamento ou permissão).

O relator também alterou no projeto de conversão a estrutura organizacional da

ANM para garantir cargos de direção comissionados.

— O governo reduzia cargos comissionados na proposta original, mas isso inviabilizaria a ocupação de cargos de direção.

A proposta também estabelece que a ANM deverá comunicar à autoridade policial competente a ocorrência de extração mineral ilegal ou de lavra não autorizada, para fins de apreensão das substâncias minerais, bens e equipamentos.

## Competências

A ANM poderá delegar competências a Estados e Municípios e deverá atuar articuladamente com os órgãos e entidades federais, estaduais, distrital e municipais.

A medida segue para apreciação dos Plenários da Câmara e do Senado.

Da Agência Câmara

## Comissão deve votar hoje MP que muda os royalties sobre minérios

Ficou para hoje a votação da medida provisória que define novas alíquotas para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), os royalties da mineração.

A MP 789/2017 e os 34 destaques ao texto seriam votados ontem, mas a reunião foi suspensa por causa do início da ordem do dia do Plenário.

## Polêmica

Um dos destaques mais polêmicos é a proposta apresentada por parlamentares do Rio de Janeiro e do Maranhão que direciona 20% da Cfem para municípios afetados pela atividade mineradora. Esses

municípios, que geralmente estão no entorno dos produtores, sediam portos, ferrovias e minerodutos.

O relatório do deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) direciona aos municípios afetados 10% dos recursos da Cfem. Os municípios produtores ficarão com 60%. Uma parcela de 20% irá para os estados mineradores e os 10% restantes para órgãos da União, divididos da seguinte forma: 7% para a agência reguladora; 1,8% para o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); 1% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 0,2% para o Ibama.

## Grupo adia para amanhã texto do marco da exploração mineral

Ficou para amanhã a votação do relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre a medida provisória que altera o marco legal da mineração.

A MP 790/2017 altera as normas para a pesquisa no setor, como a execução dos trabalhos necessários à definição, avaliação e aproveitamento econômico de jazidas. Também disciplina as obrigações, concessões de trechos, multas e outras sanções, além das desonerações e regras para o relatório final da pesquisa.

Uma das principais mu-

danças das normas vigentes é a ampliação do prazo para a realização de pesquisa mineral, que será de dois a quatro anos. Hoje é de um a três anos. O governo alega que as mudanças reduzem a burocracia e estimulam a atividade de exploração mineral.

Flexa Ribeiro acatou emenda que prevê a criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), que será responsável pelo assessoramento do presidente da República nos assuntos de interesse do setor mineral.

# Redução de verba para meio ambiente põe em risco meta do clima, diz Viana

Em debate na Comissão de Mudanças Climáticas, senador criticou cortes orçamentários nos recursos para fiscalização e controle ambiental

O SENADOR JORGE Viana (PT-AC) manifestou preocupação com a redução dos recursos do Ministério do Meio Ambiente no Orçamento de 2018. Citando informações da ONG WWF e do site Contas Abertas, o senador disse que a verba do ministério no ano que vem será R\$ 500 milhões menor do que a de 2017. Mais de 50% do corte será nas verbas de controle e fiscalização ambiental.

Viana falou sobre o assunto ontem, durante audiência da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) que debateu a participação do Brasil na 23ª Conferência do Clima (COP-23). O evento ocorre em novembro em Bonn, na Alemanha.

— Cortar recursos do Ministério do Meio Ambiente, diretamente vinculados ao combate ao desmatamento e à implementação do Acordo de Clima, vai sair caro — disse.

O senador, que preside a CMMC, alertou para a possível



Viana (2º à esq.) com representantes de ministérios: senador alertou para repercussão dos cortes na COP-23

repercussão internacional na COP-23. Para ele, os cortes atrapalharão o cumprimento da meta brasileira de reduzir 37% das emissões de gases de efeito estufa até 2025, em comparação a 2005. Viana disse ainda que a redução orçamentária terá impacto no combate ao desmatamento e na busca de um modelo econômico sustentável.

## Acordo de Paris

O diretor do Departamento para a Sustentabilidade Ambiental do Ministério das Relações Exteriores, Reinaldo José de Almeida Salgado, ressaltou na audiência o objetivo

da conferência de discutir os processos de regulamentação do Acordo de Paris. As negociações dessa etapa devem ser concluídas até 2018 e, por isso, é preciso sair da conferência com um “texto de trabalho estabelecido”, diz Salgado.

Assinado em 2015, o acordo é um compromisso mundial para manter o aumento da temperatura média global abaixo dos 2 °C, buscando a meta de elevação máxima de 1,5 °C.

O secretário de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Everton Frask Luceiro, lembrou que a temperatura atual já subiu 1° C, se compa-

rada com a era pré-industrial.

— Resta pouca margem. As ações precisam ser ambiciosas e efetivas — alertou.

O compromisso, segundo ele, exigirá um esforço para a adoção de um novo padrão de desenvolvimento do país, que seja sustentável e alinhado com a criação de uma economia de baixo carbono.

Ações práticas para o cumprimento do acordo serão debatidas em um evento durante a COP-23, promovido pela CMMC em parceria com as Comissões de Meio Ambiente do Senado e da Câmara dos Deputados.

# Corte no Inbra afeta segurança alimentar, afirmam debatedores

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debateu ontem os impactos dos cortes previstos no projeto do Orçamento de 2018 para os programas de apoio à reforma agrária e à agricultura familiar. Os debatedores criticaram o que consideram o “desmonte” do

Inbra, que hoje tem 45% do quadro de funcionários em vias de aposentadoria sem que haja plano para reposição.

Para o economista Gustavo Noronha, do Inbra do Rio de Janeiro, a falta de investimentos levará à desarticulação das políticas de desenvolvimento

rural, com reflexos na mesa do brasileiro, já que 70% dos alimentos consumidos são produzidos por pequenos produtores e famílias assentadas.

— São cortes que vão desestruturar todo um sistema que pode promover a reforma agrária, a agricultura familiar, a

segurança alimentar do povo.

O representante do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários, Márcio Alécio, disse que os cortes também atingem o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), relatou visita a assentamento próximo a Teresina no qual 300 famílias vivem em condições precárias após um incêndio recente.

— Se visitasse um negócio daqueles, esse pessoal que é contra a reforma agrária certamente se sensibilizaria.

O Brasil tem 10 mil projetos de assentamento e 1 milhão de famílias assentadas.



Senadores Paulo Rocha (2º à esq.) e Paulo Paim (3º à esq.) participam de debate na Comissão de Direitos Humanos

# Secretaria da Pesca precisa de mais autonomia, defende gestor

A inclusão da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca entre os órgãos que integram a Presidência da República pode assegurar mais autonomia ao órgão e facilitar a regularização das emissões de licença para pesca e a resolução de outros problemas do setor, disse ontem o secretário nacional de Aquicultura e Pesca, Dayvson Franklin de Souza. Ele participou de audiência na Comissão de Agricultura (CRA).

Desde maio, a secretaria é vinculada ao Ministério da Indústria. Antes, esteve submetida ao Ministério da Agricultura. A mudança para a Presidência da República foi

proposta pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e aprovada pelo Congresso. Aguarda agora a sanção presidencial.

Souza, que participou da audiência para discutir a regularização das emissões de licença para pesca, admitiu que a secretaria tem problemas de pessoal e de recursos, o que

dificulta a liberação dos registros, suspensos desde 2015 por recomendação de órgãos de controle. O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou sinais de irregularidade no pagamento do seguro-defeso em 2012 e 2013. A secretaria agora busca elaborar um cadastro de pescadores à prova de fraudes.

— Desde 2014 não emitimos carteira de pescador. Não adianta fortalecer a indústria se não temos matéria-prima. Precisamos de aquicultor e pescador com carteira para trabalhar — disse o secretário.

A audiência pública foi proposta pelo presidente da comissão, Ivo Cassol (PP-RO).



O secretário de Aquicultura e Pesca, Dayvson de Souza, fala na audiência, conduzida por Ivo Cassol (2º à dir.)

# Humberto condena governo por leilões de áreas do pré-sal

O governo de Michel Temer vai entregar “a preço de banana todo o ouro negro do pré-sal às empresas estrangeiras”, disse Humberto Costa (PT-PE). Ele lembrou que na sexta-feira haverá dois leilões para a exploração de petróleo na área. O senador afirmou que os governos do PT investiram para viabilizar a exploração do pré-sal e agora tudo será passado a grupos privados internacionais.

— É mais um crime de lesa-pátria cometido por este governo nefasto e entreguista de Michel Temer, um facinoroso que vende o país para comprar a própria salvação.



Waldeir Barreto/Agência Senado

# Cassol sugere parcerias entre governo e Emater

Ivo Cassol (PP-RO) citou no Plenário a audiência de ontem da Comissão de Agricultura (CRA) com o secretário nacional de Aquicultura e Pesca, Dayvson Franklin de Souza. Para o senador, as constantes mudanças na secretaria dificultam o atendimento das reivindicações dos produtores. Cassol sugeriu que, devido à falta de estrutura, a secretaria faça parcerias com as unidades estaduais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Ele destacou ainda a reunião na CRA com representantes da Eletrobras Rondônia sobre as obras nas linhas de transmissão no estado.

# Fátima Bezerra critica “pacote de maldades” no RN

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou as medidas anunciadas pelo governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, para equilibrar as contas públicas. Para ela, o governador traiu o eleitorado ao prejudicar o funcionalismo e propor a retirada de direitos dos mais pobres.

A senadora lamentou a falta de discussão da proposta que retira o plano de cargos e salários do funcionalismo.

— O governador, seguindo a cartilha do governo golpista do senhor Michel Temer, manda para a assembleia um pacote de maldades.



Waldeir Barreto/Agência Senado